A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AULA DE COMÉRCIO EM PORTUGAL E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL

Sílvio de Liberal
Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo

(aceito para publicação em outubro de 2024)

Resumo

A Aula de Comércio tem sua origem em Portugal tendo como idealizador Marquês de Pombal. Seus princípios impactaram a dinâmica do Comércio não só naquele país, mas, também, em suas colônias, com destaque para o Brasil. O objetivo deste artigo é abordar a implantação da Aula de Comércio em Portugal e seus principais desdobramentos no Brasil, relacionando-a com a reforma realizada pelo Marquês de Pombal no contexto educacional lusitano e com a expulsão dos jesuítas de Portugal e colônias. Por meio de uma pesquisa documental-bibliográfica traçou-se os ideais da Reforma Pombalina para a educação no âmbito do desenvolvimento mercantilista. Conclui-se, portanto, que a Aula de Comércio tendo como núcleo a Aritmética Comercial contribuiu para a conjuntura social, econômica e, principalmente, para o ensino da matemática.

Palavras-chave: Marques de Pombal, Aula de Comércio, Aritmética, Ensino, Matemática.

[THE INSTITUTIONALIZATION OF THE COMMERCE CLASS IN PORTUGAL AND ITS REPERCUSSIONS IN BRAZIL]

Abstract

The Commerce Class originates in Portugal with Marquês de Pombal as its creator. Its principles impacted the dynamics of Commerce in that country and its colonies, especially Brazil. This article addresses the implementation of the Commerce Class in Portugal and its main developments in Brazil, relating it to the reform carried out by the Marquis of Pombal in the Portuguese educational context and with the expulsion of the Jesuits from Portugal and its colonies. The ideals of the Pombaline Reform for education within the scope of mercantilist development were outlined through documentary-bibliographical research. It is concluded, therefore, that the Commerce Class with Commercial Arithmetic as its core

contributed to the social and economic situation and, mainly, to the teaching of mathematics.

Keywords: Marques de Pombal, Commerce Class, Arithmetic, Teaching, Mathematics.

1. Introdução

Na história europeia as ideias de liberdade política e econômica ganharam força por meio do desenvolvimento intelectual herdado da Renascença. Os defensores dessas ideias entendiam que o mundo ofuscado pelo pensamento medieval, estagnado pelo obscurantismo religioso e pelas superstições existentes à época, poderia ser “iluminado”, desde que os dogmas fossem abandonados e o conhecimento construído com o emprego da razão. Desse entendimento, nasceu, na Europa, um movimento filosófico, político, social, econômico e cultural que defendia o uso da razão como o único caminho para se conseguir a liberdade, a autonomia e a emancipação dos indivíduos. Esse movimento ficou conhecido como Iluminismo.

Em Portugal, o movimento iluminista, juntamente com a Revolução Científica, corroborou para as decisões pombalinas em relação à transformação da educação. Dentre essas contribuições destaca-se a Aula de Comércio.

O Iluminismo português foi essencialmente Reformismo e Pedagogismo. Os ecos do Iluminismo europeu chegaram em Portugal adaptados à necessidade portuguesa, com a finalidade de animar uma atitude crítica de revisão dos problemas que instigavam a reforma, tanto do pensamento quanto das instituições. (TELES, 2016, p. 170).

É importante destacar que o papel de “Sujeito do Iluminismo”, assumido pelo Marquês de Pombal, foi um instrumento do pensamento iluminista durante a (re)construção de Portugal, no tocante as reformas que foram realizadas no campo educacional e pedagógico. Os primeiros passos constituíram-se na laicização do ensino. (TELES, 2016, p. 170).

Com a inspiração do Iluminismo da época, foi pensado a implementação da Aula de Comércio, inserindo-se em um conjunto de medidas que se destinavam a tornar o país independente e forte, que podiam sintetizar em dois aspectos: criação de indústrias que, à época, eram em número diminuto e aumentar os conhecimentos das técnicas comerciais dos comerciantes e industriais. Este assentava na premissa de que a razão humana era a forma de combater a “ignorância” e superstição, e era a base para a construção de um mundo melhor, apoiando-se no mercantilismo e nos mercadores. (LIRA, 2011, p. 57).

Por meio de uma pesquisa bibliográfica-documental (elaborada através de material publicado, como livros, artigos e periódicos; sendo constituído a partir de material que não recebeu tratamento analítico), a pesquisa permitiu delinear o Período Pombalino, em âmbito de um movimento sócio-histórico-político, e sua influência na educação, especialmente na institucionalização da Aula de Comércio, em Portugal, visando à formação de alunos em práticas mercantilistas tendo como núcleo dessas aulas a Aritmética

Comercial. Esses mesmos princípios também foram implantados no Brasil, em 1809, após a chegada da família real.

O objetivo deste artigo é descrever a implantação da Aula de Comércio, a partir de 1759, apresentando sua contribuição no desenvolvimento de uma matemática voltada ao comércio, de perfil estritamente prático.

2. A Aula de Comércio: Antecedentes

Dentre as ocorrências históricas relacionadas à criação da Aula de Comércio, algumas aconteceram entre os séculos XV e XVII. Nesse período, Portugal obteve uma expansão ultramarina muito bem-sucedida, permitindo-lhe acumular riquezas e bens de consumo e, assim, ocupar uma posição econômica privilegiada junto às nações europeias. Para diversos historiadores, entre eles Boxer (2002, p. 66), essa hegemonia foi favorecida por determinados fatores: primeiramente, a posição geográfica do país, que facilitava sobremaneira a navegação; em segundo lugar, a tecnologia desenvolvida até aquele momento, que comportava viagens marítimas de longa duração; em terceiro lugar, a exigência de se encontrar rotas alternativas para o Oriente, pois, com o fechamento, pelos turcos, do comércio via Mediterrâneo, só restavam as rotas terrestres, extremamente perigosas.

O concurso desses fatores contribuiu para que Portugal se desenvolvesse e chegasse ao século XVIII apresentando forte demanda de comerciantes e guarda-livros bem formados, porém as escolas portuguesas não estavam estruturadas para satisfazer tal exigência. Simultaneamente a esse fato, Pombal constatou que:

“As ideias iluministas que se propagaram na Europa a partir do século XV, transformaram completamente o cenário social e econômico de muitos países do continente. Enquanto Inglaterra e França desenvolveram indústrias com grande potencial de exportação e métodos de comércio que colocavam os dois países no ápice financeiro continental, o Império Português continuava preso ao ranço do acúmulo de metais preciosos e da doutrina Católica, cedendo cada vez mais terreno para o crescimento do comércio estrangeiro.” (MARTINS e SOARES, 2013, p. 1).

Apesar de o reinado de D. João V ter sido bem-sucedido em diversas áreas, como nas letras, nas construções, no acúmulo de riquezas, quando ele faleceu, em 1750, a situação econômica e financeira do país era extremamente grave: achava-se despovoado, o desenvolvimento agrícola paralisado, faltavam estradas e havia poucos transportes. (GONÇALVES, 2010a, p. 4).

Como elemento integrante desse quadro nada esperançoso, a indústria local apresentava-se estagnada, o comércio decadente e majoritariamente nas mãos de estrangeiros. Rodrigues e Gomes (2002) comentam, ainda, que devido à falta de profissionais qualificados, as grandes empresas portuguesas contrataram franceses e italianos para realizarem suas contabilidades. Este último fator muito preocupava o

Marquês de Pombal, pois percebia que, para além dos sinais aparentes, situação comercial do Império era bem mais delicada.

Na obra “Escritos Económicos de Londres” (1741–1742), Pombal faz referência ao desequilíbrio presente na balança comercial Portugal-Inglaterra, resultado de manipulações feitas pelos comerciantes ingleses. Na ocasião, não obstante seu descontentamento com o modo como os ingleses vinham se relacionando com Portugal, o Marquês de Pombal entendeu que seria preferível manter a Inglaterra como aliada comercial em vez de estabelecer uma aproximação com a França (como chegou a pensar o Rei D. João V), porque, primeiramente, Portugal dependia do poderio militar inglês e, em segundo lugar, estabelecer uma aliança com a França conflitava com o tratado comercial que estava em vigor entre Portugal e Inglaterra (MARTINS e SOARES, 2013, p. 4). Na mesma obra, Pombal demonstrou sua apreensão quanto à organização comercial existente em Portugal.

A superação da gravíssima situação em que se encontrava Portugal exigia que o governo tornasse a máquina administrativa operante e, para isso, era preciso saneá-la de fraudes e desvios presentes nas organizações subordinadas ao Estado. (LIRA, 2011a, p. 2).

Com a missão de vencer tais problemas, D. José I, o sucessor de D. João V, assim que coroado, criou um gabinete ministerial composto pelas pastas da Marinha e Ultramar; dos Negócios Interiores do Reino; e, dos Negócios Estrangeiros e Guerra. Para dirigir esta última, nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. (GONÇALVES, 2010a, p. 8).

Com o passar do tempo, o Marquês de Pombal foi atraindo para si as competências das outras pastas, transformando-se em verdadeiro autocrata. Nessa condição, acabou por assumir papel de extrema relevância nos mais diversos setores do governo português e, graças ao poder adquirido e à sua visão social e política, participou intensamente do processo educacional no país. No contexto da época, Pombal compreendeu que o desenvolvimento nacional dependia, necessariamente, tanto da modernização do comércio quanto da difusão institucional do conhecimento contábil. (LIRA, 2011a, p. 5).

Na condição de Ministro, Pombal teve uma visão mais clara do quanto Portugal se encontrava despreparado para enfrentar os desafios do século XVIII e de como esse despreparo estava pesando para que o êxito conquistado pela nação ao longo dos séculos XV, XVI e XVII se esvanecesse. Diante dessa conjuntura, entre as providências que exigiam atendimento urgente estava a de se reformular o ensino.

Voltando-se para a realidade portuguesa, Pombal identificou que o país contava com ensino privado tanto quanto a Inglaterra e outras nações europeias, mas diferentemente destas, as escolas lusitanas não apresentavam em seus currículos disciplinas comerciais cujos conteúdos pudessem satisfazer as necessidades pátrias (RODRIGUES, GOMES e CRAIG, 2010, p. 39). Além da inadequação curricular, Pombal dimensionou o prejuízo que o banimento dos judeus do território lusitano (Inquisição, 1531–1773) causou ao aprendizado de assuntos ligados ao comércio, pois era com eles que os iniciantes no ramo tinham oportunidade de aprender matemática mercantil.

Dessa forma, a despeito da prosperidade vivida do século XV ao XVII, Portugal chegou ao século XVIII com a sua importância na Europa rebaixada. Cooperou para esse rebaixamento o forte domínio que a Igreja Católica exercia junto ao poder central,

dificultando a disseminação das ideias iluministas no império e, assim, atrasando a industrialização do país. (MARTINS e SOARES, 2013, p. 1).

Pode-se concluir, portanto, que foi tão-somente após 1750, quando D. José I indicou Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal) como um de seus ministros, que tiveram início as iniciativas necessárias ao comércio e à indústria de Portugal, dentre as quais a instituição da Aula de Comércio.

A iniciativa que D. José I teve ao indicar o Marquês de Pombal para ocupar o cargo de Secretário de Estado foi determinante para a implementação da Aula de Comércio. Entretanto, a instalação desse estabelecimento de ensino não foi uma ação isolada praticada pela coroa portuguesa. Com o objetivo de tornar a nação livre e forte, essa medida integrou um conjunto de outras alicerçadas no espírito iluminista então em vigor. Dentre as decisões adotadas, encontravam-se as voltadas à geração de indústrias (as quais, como já colocado, mostravam-se quantitativamente insignificantes) e à ampliação de conhecimentos de técnicas comerciais por parte dos industriais e dos mercadores. (RODRIGUES, GOMES e CRAIG, 2010, p. 40).

Antecedendo e possibilitando a implementação da Aula de Comércio (1759), primeiramente ocorreu, por meio do Real Decreto de 30 de setembro de 1755, a criação da Junta do Comércio, cujos estatutos foram promulgados em 16 de dezembro de 1756. Em tais estatutos, compostos de 20 capítulos, constam os germens dos estatutos da Aula de Comércio, nomeadamente no Capítulo XVI, intitulado “Dos Mestres da Aula do Comércio e seus exercícios”.

A Junta era uma organização coordenada pelo Estado e dirigida por oito membros, intitulados deputados (GONÇALVES, 2010a, p. 6). Além de estimular, estabelecer e disciplinar o comércio, dentre os encargos institucionais, cabia-lhe instituir e administrar novas indústrias (LIRA, 2011a, p. 6). Desde sua origem, a Junta demonstrou preocupação com a criação de um ensino de qualidade, sobretudo prático e orientado às necessidades da época.

A Aula de Comércio foi fundamental para a evolução do conhecimento contábil em Portugal, principalmente pelo fato do pioneirismo de seu programa escolar, o qual incluía, entre as disciplinas ministradas, Aritmética, Pesos, Medidas, Câmbios, Fretamento, Seguro Marítimo e Escrituração Mercantil.

É importante destacar que a diferença de quase quatro anos entre a criação da Junta e a implementação da Aula de Comércio deveu-se não à falta de iniciativa de Pombal, mas ao terremoto de 1º de novembro de 1755, que deixou Lisboa destruída. (RODRIGUES, GOMES e CRAIG, 2010, p. 41).

3. Prioridades de D. José I sobre a Aula de Comércio e a Reforma Educacional Pombalina

As medidas tomadas por Pombal derivavam da certificação de que o aprimoramento do comércio consistia no único meio possível de Portugal nivelar-se às nações economicamente mais desenvolvidas.

“Para tanto, ele achava necessário qualificar os comerciantes portugueses, no que ele considerava “a arte do comércio”, construir imponentes casas comerciais para substituir aquelas que se encontravam em poder de comerciantes estrangeiros e atrair a burguesia portuguesa à prática do comércio, tornando este uma atividade profissional considerada nobre.” (MARTINS e SOARES, 2013, p.7).

Foi nesse contexto que a Aula de Comércio foi instituída (1759), a qual, conforme Rodrigues, Gomes e Craig (2003, p. 2), foi o primeiro estabelecimento de ensino europeu de verdadeira matriz técnica e, para vários estudiosos do tema, teria sido a primeira escola oficial de ensino do comércio técnico profissional do mundo.

O curso, com duração de três anos, apresentava um currículo de carácter prático, contando com a Contabilidade entre suas disciplinas. Os diplomados pela Aula de Comércio passaram a gozar de diversos direitos, dentre eles o de serem os únicos autorizados a desempenharem as funções de guarda-livros¹, caixeiros² e praticantes de casas comerciais portuguesas (Carta da Lei de 30 de agosto de 1770), nem mesmo os filhos de comerciantes poderiam exercer essas atividades se não portassem a Carta de Aprovação.

O marco oficial da reforma educacional pombalina foi o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que determinou o fim da dominação jesuítica na direção dos assuntos educacionais portugueses. Segundo o Alvará, a reforma educacional se explicava pelo anacronismo da educação portuguesa frente às praticadas pelas nações europeias mais desenvolvidas. O atraso devia-se às ideias que tinham os jesuítas a respeito da educação e ao método de ensino que eles adotavam. O Alvará também criticava o tempo que os alunos necessitavam para aprenderem a língua materna, uma vez que se dedicavam a estudar minúcias gramaticais. Em vista dessas razões, o Alvará decretava a suspensão de todas as atividades educacionais que, até então, estavam confiadas aos jesuítas. (REIS, 2006, p. 65).

Entretanto, mais importante do que reformar os estudos, o Alvará definia um conjunto de providências com o objetivo de construir as bases indispensáveis à sua implementação, tanto na metrópole quanto nas colônias. Entre essas providências estava a existência de uma Diretoria dos Estudos, designada pelo monarca e que permaneceria sob sua jurisdição direta, com o encargo de programar a reforma, controlar a metodologia docente e censurar a escolha dos livros adotados.

Nesse contexto, apresentando um contorno eminentemente pragmático, originou-se a Aula de Comércio dirigida à formação em práticas contábeis e mercantis. Nascida do ideário iluminista, compreendia educação laica, submetida ao poder do rei e direcionada às necessidades concretas da prática mercantil portuguesa (CABRAL, 2011, p. 1). Um dos pontos importantíssimos na reforma educacional pombalina foi a remodelação da Universidade de Coimbra, em 1772.

Em relação ao ensino das Ciências Físico-matemáticas, os defensores da reforma universitária entendiam que seria preciso uma reformulação que o livrasse da concepção

¹ Os contadores e profissionais contábeis eram conhecidos como guarda-livros.

² O termo caixeiro englobava diversos tipos de atividades ligadas ao comércio, desde o vendedor que ficava atrás do balcão nas lojas de varejo de secos e molhados, até os grandes guarda-livros, responsáveis pela escrituração mercantil das grandes casas de comércio.

arcaica, que o tornava inoperante frente às necessidades do país: “A nova Universidade deveria assumir a vanguarda científica e pedagógica, desempenhando um papel interveniente e com profundos reflexos na vida social, económica e tecnológica”. (MARTINS, 2013, p. 68).

Nota-se, assim, que a iniciativa pombalina implicava em uma mudança de paradigma, passando de uma concepção fragmentária do conhecimento para outra, caracterizada por uma visão abrangente do saber, a qual envolvia o homem, o mundo e a educação em sentido amplo.

4. Estrutura, Organização e o Desenvolvimento do Currículo da Aula de Comércio

A Aula de Comércio era um curso considerado de nível secundário, sendo proposto, exclusivamente, para os cidadãos portugueses. Os concorrentes deveriam ter idade mínima de 14 anos, saber ler e escrever e dominar as quatro operações matemáticas. Na seleção, os filhos e os netos de negociantes possuíam prioridade em relação aos demais. (LIRA, 2011b, p. 59).

De início, tendo em vista que não se julgava apropriado que um único docente (Lente) atendesse turmas com mais de cinquenta estudantes, apenas vinte podiam matricular-se regularmente, permitindo-se, contudo, a admissão de outros trinta na condição de “supranumerários”. (GONÇALVES, 2010a, p. 8).

“O primeiro curso iniciou-se em 1 de setembro de 1759 e o interesse foi de tal ordem que o número previsto de 50 alunos foi largamente ultrapassado, fato que já em 1765 obrigou a fixação do «numerus clausus» em 200 alunos ao candidatarem-se a primeira matrícula.” (ISCAL, s.d., p. 1).

O período letivo ia de outubro a junho. Em julho, ocorriam os exames finais, podendo prolongar-se até agosto. As férias aconteciam em setembro. Ainda havia dispensa das atividades escolares do Natal até o Dia de Reis, e da Sexta-Feira Santa até a segunda-feira seguinte à Páscoa. (RODRIGUES, GOMES e CRAIG, 2003, p. 4).

As aulas eram matutinas, com a duração de quatro horas contínuas, mas o horário diferenciava-se conforme a estação do ano: no Inverno, ocorriam das 8h às 12h, enquanto no Verão, das 7h às 11h. Na primeira metade do período de aulas, o Lente questionava os alunos sobre a matéria ministrada na véspera e, na segunda metade, expunha o novo conteúdo. Além das aulas, os discípulos precisavam participar das Decúrias (RODRIGUES, GOMES e CRAIG, 2003, p. 5). O nível de formalidade da estrutura do curso era extraordinário e incomum para aquele tempo, fosse em Portugal, fosse nos demais países da Europa (RODRIGUES, s.d., p. 12). No que dizia respeito à avaliação do aproveitamento dos alunos, o exame aplicado ao final do ano era público e suscitava alto interesse das autoridades.

Para além desse exame, os alunos eram avaliados ao longo de todo o período letivo, sendo que, a partir de 1791, passaram a existir exercícios sabatinais, os quais, como

o nome indica, eram aplicados aos sábados; eles consistiam em chamadas orais. Como já exposto, havia, ainda, as Decúrias, introduzidas na primeira turma, em caráter experimental, mas que, provavelmente, permaneceram pelos três anos seguintes.

Supervisionadas pelo Lente, as Decúrias ocorriam no período vespertino e eram desenvolvidas por dois alunos, escolhidos entre os mais aplicados, que recebiam o título de “Decuriões”. A estes cabia ensinar/rever as lições tratadas durante a manhã. Esta atividade objetivava aperfeiçoar o entendimento das disciplinas e, também, incentivar a sua memorização. (RODRIGUES, GOMES e CRAIG, 2010, p. 41).

Não há certeza se as Decúrias permaneceram ao longo de toda a existência da Aula de Comércio, mas Santana (1989, p. 16) avalia que possivelmente sim, pois, encontram-se indícios de que esta metodologia ainda era valorizada mesmo no final do século XVIII.

Quanto ao alunado, nos primeiros tempos de funcionamento da Aula de Comércio, a quase totalidade pertencia à burguesia lisboeta. Entretanto, com o passar dos anos, essa clientela decresceu, dando lugar a jovens de outras origens, quer de posição social quer de espaço geográfico. Segundo Lira (2011b, p. 59), foi a melhora das vias de comunicação que possibilitou essa mudança. Outro ponto a ser observado é que a faixa etária dos estudantes, de início algo elevada, diminuiu com o tempo. Esse fato, provavelmente, ocorreu porque as regras definiam que em caso de iguais circunstâncias e muitos pretendentes, deveriam ser admitidos os candidatos de menor idade. (LIRA, 2011b, p. 60).

Lira (2011b, p. 60), apoiando-se em Martins (1952), afirma que, conquanto não houvesse nos Estatutos da Aula do Comércio uma ampla descrição do conteúdo programático das matérias a serem ensinadas, é possível se verificar a existência de dois grandes núcleos de ensino, a Aritmética Comercial e a Contabilidade, os quais englobavam as várias matérias.

Rodrigues, Gomes e Craig (2010, p. 43) colocam que a Aritmética constituía a disciplina inicial do Curso. Seu ensino principiava-se pelas quatro operações Aritméticas básicas - nesse tópico, os alunos precisavam conseguir perfeita aprendizagem. Também se encontra registrado nos Estatutos da Aula de Comércio que, adquirido o domínio dessas operações, dever-se-ia passar ao ensino:

“Das frações e da sua Aritmética, regra de três (directa e inversa, directa dobrada e inversa dobrada), regra de três composta, regra de três conjunta, regra de companhia ou rateio, progressões Aritméticas e geométricas, regra de juros (simples e compostos), desconto e todas as outras operações necessárias a um ‘Comerciante ou Guarda-livros completo’.” (PORTUGAL, 1835).

A abordagem das diferentes disciplinas deveria obedecer à determinada ordem, exigindo-se que não se passasse de um conteúdo para outro sem que o aprendiz houvesse assimilado o que já lhe haviam ensinado (LIRA, 2011b, p. 61). E, como já pontuado, a Aritmética deveria encabeçar as disciplinas previstas, uma vez que todo e qualquer comércio nela se fundamenta. Principiava-se pelo ensino das quatro operações Aritméticas

e, após os estudantes as haverem dominado, abordavam-se os tópicos mais complexos, como a regra de três e os números fracionários.

Segundo Prólogo da obra “Novo Tratado de Arithmetica Comercial”, de Perestrello (1846), os primeiros textos empregados pelos docentes da Aula de Comércio no ensino da Aritmética eram de Bezout. No referido Prólogo, Perestrello elogia o trabalho deste matemático, mas deixa claro que conteúdos abordados por ele não se destinavam especificamente à aprendizagem comercial. Assim sendo, coloca que é neste aspecto que a obra que estava lançando, “Novo Tratado de Arithmetica comercial”, poderia ser considerada “nova”. E, mais adiante, reforça a ideia deste livro ser pioneiro no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem da Aritmética em cursos voltados ao comércio.

Após os estudantes haverem incorporado e dominado o emprego das quatro operações Aritméticas, a regra de três e os números fracionários, passava-se à aprendizagem dos Pesos, Medidas e Câmbios (neste caso, dever-se-ia dar preferência aos das praças com as quais Portugal mantinha relações comerciais). Mesmo que hoje possa nos parecer fácil, naquela época era de grande complicação o estudo de pesos e medidas, não apenas de país para país, mas dentro do próprio território nacional, no qual, não havendo padrões de normalização, mesmo nas províncias portuguesas se aplicavam modelos díspares. (GONÇALVES, 2010b, p. 15).

Curiosamente, embora reconhecida a importância dos câmbios, preconizava-se que apenas suas bases fossem ensinadas, pois a prática profissional se responsabilizaria de consolidar os conhecimentos necessários ao ofício.

Na sequência, após o ensino de Câmbios, o curso deveria abordar Seguros, que incluía o estudo de apólices. Na ordem curricular, a matéria seguinte seria Fretes, envolvendo suas formalidades, comissões e obrigações, tanto das praças portuguesas como estrangeiras. No que diz respeito a essa disciplina, recomendava-se, também, que os alunos adquirissem conhecimento sobre os sólidos, para que pudessem calcular os volumes que as cargas ocupariam nos navios e, assim, fosse possível avaliar o frete a ser cobrado. (LIRA, 2011b, p. 61).

Deixava-se para o final do curso a Contabilidade por partidas dobradas. Para esse ensino, adotavam-se como material didático os livros contabilísticos: Borrador, Diário, Razão e Auxiliares. Era fundamental o estudo dos Balanços e a exemplificação de como se trabalhava em partida dobrada.

Fato de suma importância para a história da Contabilidade foi a publicação do primeiro livro impresso que apresentava o sistema contábil, em 1494, Veneza, na Itália, tendo por autor o frei franciscano Luca Pacioli: trata-se da obra “*Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*” (Coleção de conhecimentos de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade). Nessa obra, o método de partidas dobradas foi pela primeira vez apresentado oficialmente e, em pouco tempo, foi difundido pela Europa. Ele é considerado um importante marco para a contabilidade. (SÁ, 2004, p. 07).

De acordo com o método de partidas dobradas, em toda escrituração contábil, sempre o valor total lançado nas contas a débito deve ser idêntico ao total do valor lançado nas contas a crédito. Pacioli destacava a correspondência existente entre a teoria contábil do débito e do crédito e a teoria dos números positivos e negativos. (SÁ, 2004, p. 25).

Segundo Gonçalves, Lira e Marques (2013, p. 149), na segunda metade do século XVIII, o método das partidas dobradas já era de há muito conhecido e empregado pelos contabilistas europeus, porém sua introdução em território português ocorreu, de fato, somente com a instituição da Aula de Comércio, em 1759, e com a criação do Erário Régio, em 1761, eventos sucedidos durante a administração do Marquês de Pombal.

José Feliz Venâncio Couto, um dos alunos da Aula de Comércio, reuniu em um manuscrito lições ditadas por João Henrique de Souza, primeiro lente (professor) da referida Aula. Tratava-se de uma apostila, “A Arte da Escritura Dobrada que Dictou na Aula de Commercio João Henrique de Souza e copeada para Instrução de José Feliz Venâncio Couto, em 1765”. (SOUZA, 1765, p. 80).

Desde 1296, com a instituição da Casa dos Contos, cujo objetivo era o de reunir as contas da fazenda real, os contabilistas portugueses seguiam o método contabilístico da partida simples, cuja característica consistia em efetuar registros somente no “deve” ou no “haver” de uma conta, sem que o elemento registrado fosse anotado em outra ou em outras contas. Em razão desse acontecimento, o método da partida simples passou a ser considerado imperfeito e incompleto, favorecedor de fraudes, pois não proporcionava possibilidades de conferência ou de verificação dos assentamentos feitos (GONÇALVES, LIRA e MARQUES, 2013, p. 151). Contudo, mesmo diante da superioridade do método das partidas dobradas sobre o das partidas simples (ou singelas), houve, por parte dos contabilistas portugueses, muita resistência em adotar o primeiro.

5. As Repercussões no Brasil acerca da Aula de Comércio

A partir do século XVI, a administração do ensino público português foi deslocando-se, pouco a pouco, da Universidade de Coimbra para a Companhia de Jesus. Com esse movimento, os inacianos³ passaram a controlá-lo e, conseqüentemente, também o ensino no Brasil. A hegemonia do método educacional jesuítico somente terminou em 1759, com a expulsão da Companhia do território português e de suas colônias. A partir de então, o ensino público lusitano voltou a ser de responsabilidade da Coroa. (QUEIROZ e MOITA, 2007, p. 5; GONÇALVES, 2010c, p. 165).

Contudo, a expulsão dos jesuítas não levou à extinção do ensino por eles praticado, pois os colégios e seminários permaneceram, e os filhos das famílias da aristocracia rural continuaram a atuar como professores, ou seja, os alunos dos jesuítas continuaram a educar seus parentes. (ROMANELLI, 2005, p. 49; BARREIROS, 2011, p. 35).

É importante ressaltar que entre as medidas fundamentais tomadas por Pombal, por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, constavam: o total aniquilamento da organização educacional jesuítica, incluindo seus métodos de ensino, em todo o reino português; a criação de aulas de gramática latina, de grego e de retórica; a implementação do cargo de ‘diretor de estudos’, um instrumento administrativo para orientar e fiscalizar o ensino; a introdução das aulas régias, que nada mais eram do que aulas isoladas para

³ Inacianos são membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por São Inácio de Loyola em 1534. Eles seguem a espiritualidade de São Inácio, baseada nos Exercícios Espirituais e no discernimento pessoal. A ordem é conhecida por sua atuação em educação, evangelização e trabalho social.

substituir o curso secundário de humanidades, até então oferecido pela Companhia de Jesus; concretização de concursos públicos para seleção de docentes para ministrarem as aulas régias; e a aprovação e criação das Aulas de Comércio. (QUEIROZ e MOITA, 2007, p. 11).

Em vista dos documentos da época, pode-se afirmar que as propostas educacionais do Marquês de Pombal, ao menos em um aspecto, carregavam a concepção iluminista de que “uma nova sociedade exige um novo homem que só poderá ser formado por intermédio da educação”. (QUEIROZ e MOITA, 2007, p. 12).

Contudo, como expõem Queiroz e Moita (2007, p. 5), Pombal era uma personalidade muito controversa, pois ao mesmo tempo em que promoveu a criação de diversas escolas e reformou as que já existiam, buscando eliminar a “ignorância” que dominava a coletividade, alimentava, por trás dessas medidas, a preocupação de empregar a educação pública como instrumento ideológico; ele possuía a esperança de subjugar o povo às intenções da metrópole – elementos incompatíveis entre si e conflitantes com o ideário iluminista.

A despeito dos projetos terem sido oficialmente apresentados, as reformas de Pombal jamais foram satisfatoriamente implantadas, o que gerou, para a educação brasileira, um extenso período – de 1759 a 1808, de desordem e de declínio.

As medidas pombalinas não foram, portanto, suficientemente competentes para substituir a eficiência e a eficácia do sistema educacional construído pelos jesuítas, espalhado desde a costa, latifundiária, até o interior, dominado pelas selvas, mas por onde havia inúmeros educandários e seminários que irradiavam conhecimento. Como afirmam Azevedo (1976, p. 130) e Queiroz e Moita (2007, p. 10), desgostoso com os saldos obtidos, Pombal conferiu à Companhia de Jesus todos os problemas apresentados pela educação, tanto em Portugal quanto no Brasil.

O que se pode constatar é que, no decorrer do século XVIII, houve no Velho Mundo um embate entre o antigo modelo educacional, adotado pela Igreja, e o novo, nascido dos ideais iluministas. Foi no interior dessa conjuntura que Pombal procurou introduzir uma intensa reforma educacional em Portugal e nas colônias, cujos pontos mais relevantes podem ser resumidos da seguinte maneira:

- A metodologia eclesiástica dos jesuítas seria substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica;
- Criação de cargos como de diretor de estudos, visando à orientação e fiscalização do ensino;
- Introdução de aulas régias, isto é, aulas isoladas, visando substituir o curso de humanidades criado pelos jesuítas. (QUEIROZ e MOITA, 2007, p. 12).

Em relação à educação, visto anteriormente, a proposta reformista de Pombal não deu os frutos esperados. No Brasil, a Aula de Comércio da Corte, curso pioneiro na formação comercial brasileira, somente foi criada no Rio de Janeiro em 1809, após a chegada da Corte Portuguesa (1808). Contudo, foi uma iniciativa muito relevante, pois

exerceu um papel social de extrema importância na constituição do comércio nacional: gestado sob os ideais do Iluminismo, seu ensino constituiu-se em ponto de partida para o desenvolvimento econômico do Brasil do século XIX. (MARTINS, 2015, p. 42).

Sendo assim, trabalhar com o tema “Aula de Comércio no Brasil” não constitui tarefa fácil, pois a quantidade de material existente sobre ele é escassa, bem menor do que a encontrada sobre a Aula de Comércio em Portugal. Na verdade, a criação desse curso em território nacional somente ocorreu devido à mudança da corte portuguesa para o Brasil, ao fugir da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. A institucionalização do ensino em território nacional ocorreu em atendimento ao novo perfil de sociedade que começou a se delinear a partir desse momento. Até 1808, nada era pensado, no Brasil ou para o Brasil, relativamente ao ensino de ofícios; a educação nacional organizava-se em ensino primário e secundário, e não havia ensino superior. (BIELINSKI, 2003, p. 46).

6. Conclusão

A conclusão a que se pode chegar é de que a Aula de Comércio, criada no Período Pombalino e tendo a Aritmética como núcleo, contribuiu de modo incontestável para com o ensino da matemática, quer em território lusitano quer no brasileiro, incluindo essa disciplina entre os mais importantes ensinamentos institucionais. A Aula de Comércio possibilitou que o ensino da matemática, idealizado segundo os moldes do pensamento iluminista, se tornasse o elemento-chave na legitimação do estudo do comércio desde então.

Este artigo pôde mostrar que o Sebastião José de Carvalho e Melo (1750–1777), mais conhecido como Marquês de Pombal, foi uma figura importante para a criação da Aula do Comércio, em 1759, em Portugal. Graças ao seu pioneirismo no ensino do método digráfico, esse curso tornou-se um marco na história da contabilidade lusitana; ele contribuiu em conhecimento sobre a partida dobrada e sua divulgação em Portugal e na Colônia. Essa iniciativa de Pombal possibilitou o aparecimento de uma categoria de contabilistas devidamente habilitados e aboliu, assim, o atraso que, até então, existia em matéria de conhecimentos e técnicas comerciais.

No Brasil, em 1809, no contexto da transferência da corte portuguesa, foi fundada a Aula de Comércio da Corte. De forma similar ao de Portugal, o curso visava formar profissionais em práticas contábeis e mercantis de perfil prático. Tratava-se de uma iniciativa atrelada ao pensamento ilustrado da época, que percebia os investimentos na educação como um meio de impulsionar a economia e de explorar os recursos naturais.

Por fim, este artigo mostrou a realidade social e econômica vivida por essas pessoas em certo período histórico encontra-se entre os fatores que condicionam a evolução de um dado conhecimento, no caso da Aula de Comércio, que se desdobra a necessidade de outras disciplinas, como a Matemática Comercial e Aritmética. Assim, ao mesmo tempo em que essa realidade vivida restringe o leque de escolhas e de ações das pessoas, o saber abre, para elas, um horizonte de possibilidades.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando de. 1976 (5ª Ed.). *A transmissão da cultura, parte III*, São Paulo, Editora Melhoramentos.

BARREIROS, Manoel Francisco. 2011. O ensino de geometria nos grupos escolares do Estado de São Paulo (1890 a 1930).

BIELINSKI, Alba Carneiro. 2003. Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro- dos pressupostos aos reflexos de sua criação - de 1856 a 1900.

BOXER, Charles. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. 2002. *O Império marítimo Português 1415-1825*, São Paulo, Editora Companhia das Letras.

CABRAL, Dilma. 2011. Aula de Comércio da Corte (1808–1821). Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/136-aula-de-comercio-da-corte-1808-1821>. Acesso em 25 abr 2024.

D'AMBROSIO, Ubiratan. 2011 (4ª Ed.). *Etnomatemática- elo entre as tradições e a modernidade*, Belo Horizonte, Editora Autêntica.

GONÇALVES, Miguel. 2010a. Genealogia de uma Escola de Contabilidade- origens da aula de comércio Lisboa. *Comunicação apresentada no XIV Encuentro AECA*. Portugal. Disponível em: https://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/64e.pdf. Acesso em 23 abr 2024.

GONÇALVES, Miguel Ângelo Caçoilo. 2010b. Bosquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal até a fundação da primeira escola de comércio e contabilidade (1759). In: *Revista Universo Contábil*, vol. 6, nº 4. 89-103. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117016965007.pdf>. Acesso em 25 abr 2024.

GONÇALVES, Miguel Ângelo Caçoilo. 2010c. Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula do Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional. In: *Jornal de Contabilidade*, nº 399, 164–167.

GONÇALVES, Miguel; LIRA, Miguel; MARQUES, Maria da Conceição da Costa. 2013. Finanças públicas e contabilidade por partidas dobradas: uma visita guiada pela literatura sobre as três figuras cimeiras do erário régio português, 1761. In: *Revista Universo Contábil*, vol. 9, nº 2, 142-173. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117027921009.pdf>. Acesso em: 25 abr 2024.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha. 1998. História e teoria da contabilidade - breve reflexão. In: *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, n. 407 ao 410. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/HistoriaContaBreve.pdf>. Acesso em: 23 abr 2024.

ISCAL- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Missão. (s.d.). Disponível em: <http://www.iscal.ipl.pt/index.php/cursos/34-iscal/54-missao>. Acesso em 01 out 2023.

LIRA, Miguel Maria Carvalho. 2011a. Aula de comércio: a génese da difusão da contabilidade por partida dobrada em Portugal. *XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Portugal. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264550285_Aula_do_Comercio_a_genese_da_difusao_da_contabilidade_por_partida_dobrada_em_Portugal. Acesso em: 23 abr 2024.

LIRA, Miguel Maria Carvalho. 2011b. O Ensino da contabilidade em Portugal no século XVIII: a aula do comércio. In: *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, vol. 5, nº 1, 50-72. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/download/195/94>. Acesso em 22 abr 2024.

MARTINS, Décio Ruivo. 2013. A Faculdade de Filosofia Natural (1772–1911).

MARTINS, Manuel de Everard. 1952. Para a história de contabilidade pública em Portugal. In: *Revista de Contabilidade e Comércio*, n. 80, 427–457.

MARTINS, Zildenice de Souza; SOARES, Flávia dos Santos. 2013. A aula de comércio em Portugal. *Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática*. Curitiba. Disponível em: http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/319/1/ENEM%202013_MARTINS_SOARES.pd. Acesso em 01 out 2023.

MARTINS, Zildenice de Souza. 2015. O ensino de matemática no século XIX: as aulas de comércio no Brasil.

PERESTRELLO DA CÂMARA, Paulo. 1846. Novo tratado de arithmetica commercial ou desenvolvimento simplificado de todas as regras de Arithmetica relativas ao commercio.

PORTUGAL. 1835. Estatuto da Aula de Comércio. Disponível em: www.infocontab.com.pt/historia/download/estatutosAula_Comercio_PT.pdf. Acesso em 01 out 2023.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. 2007. Fundamentos sócio-filosóficos da educação.

REIS, José Carlos. 2004 (3ª Ed.). *A história, entre a ciência e a filosofia*, Belo Horizonte, Editora Autêntica.

RODRIGUES, Lúcia Lima; GOMES, Delfina. 2002. Evolução da profissão dos técnicos de contas em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias. In: *Jornal de Contabilidade*, nº 302, 131–141.

RODRIGUES, Lúcia Lima; GOMES, Delfina; CRAIG, Russel. 2003. Aula do comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo? In: *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n° 34, 46-54. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228866666_Aula_do_Comercio_Primeiro_estabelecimento_de_ensino_tecnico_profissional_oficialmente_criado_no_Mundo. Acesso em 25 abr 2024.

RODRIGUES, Lúcia Lima. (s.d.). Aula do comércio (1759-1844): primeiro estabelecimento governamental de ensino de contabilidade. Disponível em: http://www.occ.pt/fotos/editor2/Aula_do_Comercio%20-%20L%C3%BAcia%20Lima%20Rodrigues.pdf. Acesso em 25 abr 2024.

RODRIGUES, Lúcia Lima; GOMES, Delfina; CRAIG, Russell. 2010. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759 (I). In: *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, n.º 118 e 119, 39-48. Disponível em: <https://ir.canterbury.ac.nz/server/api/core/bitstreams/4ef31001-3ce4-4271-8530-4d28141f857b/content>. Acesso em 23 abr 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. 2005. *História da educação no Brasil (1930/1973)*, Petrópolis, Editora Vozes.

SÁ, Antônio Lopes. 2004 (2ª Ed.). *Luca Pacioli, um mestre do Renascimento*, Brasília, Fundação Brasileira de Contabilidade.

SANTANA, Francisco. 1989. A Aula do Comércio de Lisboa (1759-1844). In: *Revista Municipal*, n° 15, 16–23.

SOUZA, João Henrique. 1765. Arte da escritura dobrada que dictou na aula do commercio João Henrique de Souza e copeada para Instrucção de Joze Feliz Venancio Cout.º no Anno de 1765. Disponível em: https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/lgfiles?path=medias/8a/11/70/73/8a117073-40c2-4a6e-8852-4f2cb29f3282&file=cod-13099_0000.pdf. Acesso em 25 abr 2024.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. 2016. O Marquês de Pombal e o iluminismo na formação do estado moderno português. In: *Revista de Estudos de Cultura*, n° 4, 167-177. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/5456/4475>. Acesso em: 22 abr 2024.

VALLE, Júlio César. 2013. Transdisciplinaridade e etnomatemática: uma reflexão acerca da formação de professores. *I CEMACYC*. República Dominicana. Disponível em: <http://www.centroedumatematica.com/memorias-icemacyc/371-485-2-DR-C.pdf>. Acesso em 02 out 2023.

Sílvio de Liberal

*Instituto Federal de São Paulo – Campus
São Paulo*

Email: silvioliberal2@gmail.com